

CONTOS INFANTIS E HISTÓRIAS DA NOSSA TERRA: UMA ANÁLISE DOS LIVROS DE LEITURA DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

CONTOS INFANTIS AND HISTÓRIAS DA NOSSA TERRA: AN ANALYSIS OF JÚLIA LOPES DE ALMEIDA'S READING BOOKS

CONTOS INFANTIS E HISTÓRIAS DA NOSSA TERRA: UN ANÁLISIS DE LOS LIBROS DE LECTURA DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

Héri Anaí Wavritra Oliveira¹
Arnaldo Pinto Junior²

Resumo: Este trabalho analisa as concepções de família, educação e nação nos livros *Contos Infantis* e *Histórias da Nossa Terra*, de Júlia Lopes de Almeida, que foram utilizados no ensino primário brasileiro, nas primeiras décadas do regime republicano

Palavras-chave: Educação; livros de leitura; Júlia Lopes de Almeida.

Abstract: This work analyzes the conceptions of family, education and nation in the books *Contos Infantis* and *Histórias da Nossa Terra*, by Júlia Lopes de Almeida, which were used in Brazilian primary education in the first decades of the republican regime.

Keywords: Education; textbooks; Júlia Lopes de Almeida.

Resumen: Este trabajo analiza las concepciones de familia, educación y nación en los libros *Contos Infantis* e *Histórias da Nossa Terra*, de Júlia Lopes de Almeida, que fueron utilizados en la educación primaria brasileña en las primeras décadas del régimen republicano.

Palabras clave: Educación; libros de lectura; Júlia Lopes de Almeida.

Introdução

No período de implantação da República, as elites brasileiras, confiantes na ideia do progresso e beneficiadas pelos meios de produção, fizeram “valer a modernização a qualquer custo” (SEVCENKO, 1998, p. 27), intensificando reformas urbanas no âmbito da saúde, da educação, da arquitetura, junto com as mudanças na organização do trabalho, nas noções de beleza, de arte e de conforto. Nesse cenário, a educação popular foi vista como uma necessidade política e social. Assim, percebemos uma gradativa institucionalização da escola, projetada como um local importante de formação das crianças, adolescentes e jovens.

Nesse contexto, foi atribuída à instituição escolar a missão de formar o cidadão, atendendo aos interesses do Estado e do recém-inaugurado regime republicano. No fundo, conforme observa Marta Maria Chagas de Carvalho (2003, p. 09), “tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação”. De acordo com Patrícia Santos Hansen (2007, p. 22), muitos intelectuais dedicaram-se à tarefa de produzir livros de leitura, os quais apresentaram claramente um caráter cívico, além da defesa da escolarização em massa.

Assim, a demanda por esses livros começou a crescer, bem como o interesse editorial em sua produção e circulação, abrindo espaço para que intelectuais se dedicassem a tais

¹ Universidade Estadual de Campinas.

² Universidade Estadual de Campinas.

objetivos. Destacamos neste texto a escritora carioca Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), autora de livros aprovados pela Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária para o uso das escolas primárias brasileiras.

No que diz respeito aos estudos acadêmicos sobre as obras de Júlia Lopes de Almeida, Diana Gonçalves Vidal (2004, p. 24) identifica que ela é muito pesquisada no campo da literatura e dos estudos de gênero, mas pouco abordada pela escrita da história da educação.

Tendo em vista as complexas relações de forças sociais existentes nos anos iniciais da República e seus desdobramentos no campo da educação, selecionamos para análise livros de leitura de Júlia Lopes de Almeida destinados ao uso escolar, mais precisamente as seguintes obras: *Contos Infantis* (1905), escrito em coautoria com sua irmã Adelina Lopes Vieira; e *Histórias da Nossa Terra* (1911), que circularam nas escolas primárias brasileiras nas primeiras décadas do regime republicano. A partir das contribuições teórico-metodológicas da história cultural, analisamos seus conteúdos impressos e as relações desses com os projetos socioculturais vigentes do período em foco.

Isto posto, nas próximas partes do texto serão apresentados aspectos da trajetória de vida da escritora em seu contexto histórico, o que inclui pormenores de suas relações familiares e aproximação com uma parte das elites intelectuais e culturais do país. Logo em seguida, abordaremos as obras, em sua materialidade e conteúdos impressos. Por fim, faremos a análise dos livros a partir de especificidades do cenário político e educacional do final do século XIX e início do XX.

Júlia Lopes de Almeida, uma escritora da *belle époque* brasileira

Júlia Lopes de Almeida nasceu em 24 de setembro de 1862, no Rio de Janeiro. Escritora que viveu na *Belle Époque*, a carioca chegou a residir nas seguintes cidades: “a Campinas do final do Império; a São Paulo fin-de-siècle; o Rio de Janeiro da Primeira República” (DE LUCA 1997, p. 214). Em todas essas urbes Almeida manteve contato com renomados intelectuais e fez circular seus romances, folhetins, livros de leitura etc.

A escritora cresceu em um ambiente privilegiado cultural e economicamente, em um casarão carioca, local onde sua família mantinha um liceu feminino. Seus pais eram lisboetas, o professor Valentim José da Silveira Lopes (1830-1915) e a professora Antônia Adelina do Amaral Pereira (1830-1895), que emigraram para o Brasil em 1857. Júlia Lopes de Almeida começou a tecer seus primeiros versos em casa, tendo apoio da família, especialmente de seu pai.

Em 1870, sua família mudou para Campinas, onde Júlia Lopes de Almeida permanece até os 23 anos de idade. Vale destacar que nesse período a cidade passava por um processo de desenvolvimento econômico, político e cultural importante, uma vez que era a capital agrícola da província de São Paulo, uma porta de entrada para o chamado “Oeste Paulista” (DE LUCA, 1997). Foi nesta cidade que a escritora iniciou sua produção literária.

Vale mencionar que, conforme Diana Gonçalves Vidal (2004, p. 32), Júlia Lopes de Almeida fazia “parte de uma intelectualidade paulista, preocupada com a defesa de valores iluministas, alicerçados em uma crença absoluta no poder das ideias, e com a mudança da realidade brasileira, pela ação educativa da lei, da escola, da imprensa e do livro”.

Júlia Lopes de Almeida construiu sua trajetória no campo das letras a partir de diálogos – marcados por aproximações e distanciamentos – com elites preocupadas em difundir tanto valores cívicos e morais quanto um ideal de nação concebido nas primeiras décadas do regime republicano. Nesse aspecto, a escritora conviveu com intelectuais e artistas, sobretudo, das cidades que residiu. A esse respeito, Magali Gouveia Engel (2009, p. 29) menciona que “as redes de sociabilidade tecidas pela escritora incluíam, também, relações com os editores no Rio, em Lisboa e na cidade do Porto, o que viabilizou a publicação de seus folhetins sob a forma de livros”.

Sobre sua inserção no campo das letras, é relevante citar o ano de 1885, quando ela passou um tempo no Rio de Janeiro e se aproximou da produção cultural da então capital do país. Júlia Lopes de Almeida recebe um convite de Olavo Bilac (jornalista, poeta e inspetor de ensino carioca) para compor o corpo de redatores da revista literária *A Semana*. É nesse cenário que conhece Filinto de Almeida, com quem se casaria mais tarde, no ano de 1887, em Portugal, período em que esteve com sua família momentaneamente, após deixar a cidade de Campinas.

Júlia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida, casados, regressam ao Brasil no ano de 1888 e, com o advento da República, Filinto de Almeida passa a ser redator-chefe de *O Estado de São Paulo*. Por conta disso, eles fixaram residência em São Paulo permanecendo até o ano de 1895. Durante esse período, a escritora mantém uma participação na imprensa e continua a publicar seus livros, enquanto Filinto de Almeida também exerce um mandato como deputado estadual (entre 1892 e 1894).

Ao analisarmos a biografia de Júlia Lopes de Almeida, em resumo, percebemos que os espaços culturais mais elitizados estavam abertos a ela. Em um primeiro momento de sua vida, seu pai foi uma figura importante no que diz respeito à sua inserção no mundo literário. Posteriormente, ao casar-se com o intelectual Filinto de Almeida, as possibilidades de intercâmbio com os círculos culturais e letrados se ampliaram. Embora a escritora tenha incorporado os ideais e valores burgueses e discursos da ética dominante do período, não significa que ela não tenha reelaborado e apresentado outras percepções sobre o mundo à sua volta.

Nos anos finais do século XIX, ela publica os livros *Contos Infantis* (1886) e *Traços de Iluminuras* (1887). O primeiro foi escrito em coautoria com a irmã Adelina Lopes e utilizado nas escolas primárias brasileiras, e o último foi dedicado aos seus pais e ao Filinto de Almeida.

No que tange algumas de suas produções, ao término do século XIX, já havia publicado o *Livro das Noivas* e quatro romances: *A Família Medeiros*, *A Viúva Simões*, *A Casa Verde* e *Memórias de Marta*. Já o apogeu de sua produção se deu no século XX, publicando *A Falência*, *A Intrusa*, *Cruel Amor*, *Ânsia Eterna*, *Livro das Donas e Donzelas*, *Histórias da Nossa Terra*, *A Herança* e *Eles e Elas*.

Semeando lições morais e cívicas por meio da leitura: uma análise dos livros *Contos infantis* (1905) e *Histórias da nossa terra* (1911)

Sobre as duas fontes analisadas, temos o livro *Contos Infantis* (figura 1) em sua 6ª edição, de 1905 e publicada pela editora Laemmert & Cia., no Rio de Janeiro e em São Paulo, escrito por Júlia Lopes de Almeida em coautoria com sua irmã Adelina Lopes Vieira. A obra foi elaborada em letra de imprensa, tendo 182 páginas, 18 imagens e uma série de exercícios ao final de cada história, cujo objetivo era discutir questões sobre a gramática do conteúdo e a moralidade dos contos.

Contos Infantis é um livro que possui uma narrativa de caráter moralizante, mas não faz referência à pátria. Conforme Patrícia Hansen (2007, p. 22), no período em que foi publicada a obra não existia a exigência, por parte das autoridades, do civismo nas páginas dos livros. Em contrapartida, aspectos da biografia e da obra da autora reforçam a sua opção por produzir textos de caráter moral e cívico.



Figura 1: Capa de Contos Infantis – Fonte: Vieira e Almeida, 1905.

A segunda fonte é *Histórias da Nossa Terra* (figura 2) em sua sexta edição, datada de 1911 e publicada pela livraria Francisco Alves & Cia., de Júlia Lopes de Almeida, que foi produzida em letra de imprensa, possuindo 228 páginas e 69 figuras. *Histórias da Nossa Terra* é de uma reunião de cartas, contos e anotações de crianças que representam os sexos feminino e masculino.

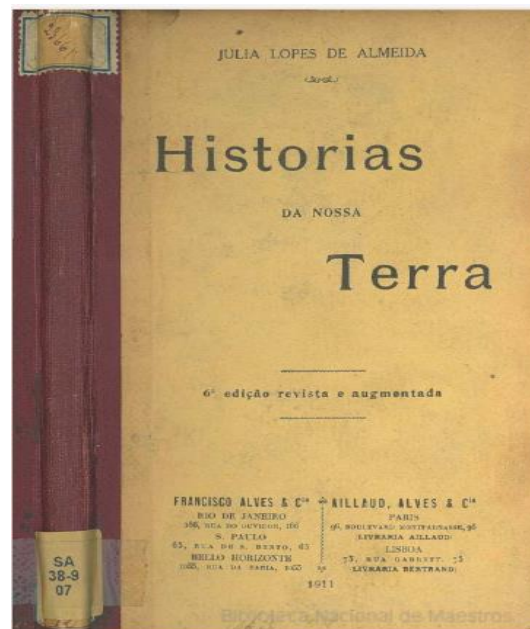


Figura 2: Capa de Histórias da Nossa Terra – Fonte: ALMEIDA, 1911

A escritora e outros intelectuais de sua época defendiam que as produções estrangeiras não correspondiam mais aos novos anseios, dentre eles, uma formação ajustada aos valores nacionais. Nesse sentido, *Contos Infantis* e *Histórias de Nossa Terra* apresentam conteúdos que reforçam aspectos morais e cívicos, estando de acordo com as concepções de educação

que visavam formar o futuro cidadão da pátria nos anos finais do século XIX (HANSEN, 2007; VIDAL 2004; KLINKE, 2003).

Em relação aos conteúdos, os livros apresentam preocupação com a regeneração da sociedade, pois indicam o aprendizado de determinados valores, hábitos, sentimentos e comportamentos considerados indispensáveis à educação dos estudantes, os quais ajudariam a construir, futuramente, um novo tecido social capaz de garantir o progresso da nação. Temas como a instrução, o valor do trabalho, a formação de hábitos e virtudes, a família, a solidariedade com relação ao próximo (pobres, imigrantes e negros), a religiosidade, os símbolos nacionais e os fatos da história do Brasil (difundindo o ideal de civilização), aparecem com frequência nas páginas desses objetos culturais.

Diante da amplitude dos assuntos que aparecem nos livros, e das possibilidades de análise, selecionamos três temas principais: *Família, A valorização dos estudos e Nação*.

Família

No modelo de família apresentado nos livros de leitura, aparecem mãe, pai, filhos, tias e avós. A única exceção é a presença de crianças órfãs. O que chama a atenção é o fato da mãe aparecer como uma das principais responsáveis pela educação moral dos filhos. Ela é quem inspira bondade, oferece proteção e carinho, além de estar sempre instruindo seus filhos, lhes ensinando o valor dos estudos e dando conselhos de paciência e submissão. Já os filhos correspondem às expectativas maternas.

A mãe, além de educadora, é responsável pelos afazeres de casa. Ademais, ela eventualmente aparece exercendo trabalhos manuais, por exemplo, a costura – como fica evidente no início do conto “Preto Velho” em *Histórias da Nossa Terra*: “Minha mãe cosia no interior da sala, e meu pae lia a seu lado” (ALMEIDA, 1911, p. 83) e no conto “Depois da batalha”, “onde a mãe cosia na soleira, e o pae lavrava a terra” (ALMEIDA, 1911, p. 121).

Marina Maluf e Mariza Romero (2002) discorrem a respeito de como a ética dominante do século XIX caiu de forma penosa sobre as mulheres, já que no interior da família coube a elas a principal responsabilidade pelo cuidado dos filhos. Esta representação do feminino possuía, na realidade, uma função política e cultural que passou a ser elaborada, no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, período em que a medicina estava se desenvolvendo. Assim, “o discurso médico se assentou sobre fundamentos de caráter higienista, de controle sanitário dos espaços urbanos e da população. Esse debate acabou originando os argumentos que definiram, para as mulheres e para a sociedade como um todo, o ideal de mãe e de esposa” (MALUF; ROMERO, 2002, p. 225).

Embora o papel da mulher estivesse muito bem definido no âmbito da casa, essas mães não podiam exercer sua função com autonomia, uma vez que eram orientadas a seguirem os preceitos médicos, a voz dos “homens da ciência”.

Na realidade, a relação entre mãe e filho deveria ser protegida a qualquer custo, uma vez que, caso sua base estivesse ameaçada, poderia contribuir com a desestabilização dos alicerces do nacionalismo em voga, pois a família é o núcleo ou germen da sociedade (COELHO NETTO *apud* HANSEN, 2007, p. 94). E cabia, especialmente, às mulheres manterem a coesão social de uma população moralmente dispersa, e elas deveriam também, no âmbito privado, educar os futuros cidadãos da pátria.

Em relação à figura paterna, embora não apareça muito nas histórias, ela também educa moralmente as crianças e lhes ajudam com as lições da escola. O pai aparece sempre como uma figura trabalhadora, exercendo função de jardineiro, lavrador, entre outras funções.

Já as crianças que aparecem nos livros se distinguem entre menina e menino pelas características que lhes são atribuídas. A primeira sempre recebe o adjetivo de delicada e

frequentemente é comparada com uma flor, enquanto o segundo é geralmente descrito como aquele que cuja sensibilidade lhe falta, por isso é comum que nas histórias eles apareçam causando algum mal aos animais e às plantas e, assim, são advertidos pelas irmãs mais velhas.

É importante sublinhar que, no período analisado – anos iniciais do regime republicano – a família foi colocada em destaque, como essencial para o futuro da nação, portadora de valores morais, religiosos, sociais e culturais, que cumpre a função de educar moralmente as crianças, lhes ensinando boas virtudes, bons sentimentos e, principalmente, o valor do estudo e do trabalho.

Posteriormente, no decorrer do século XX, ampliaram-se as discussões acerca das relações entre a esfera pública e privada nos debates sobre educação. Nesse aspecto, Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2003) reflete sobre este assunto ao analisar o papel de diferentes instituições como a escola, a família, o Estado e a Igreja e suas disputas políticas no que concerne à educação das crianças brasileiras.

É importante destacar que, embora os debates sobre a educação da primeira infância estivessem em disputa e crescessem de forma significativa, incluindo outros agentes nesse processo, é possível notar um caráter político das ações, tendo em vista que a preocupação não girava em torno da criança e de suas especificidades, pois a intenção, em grande medida, resumia-se em civilizá-la e instruí-la, inserindo-a em um projeto social de formação da infância que vê a criança apenas como um “ser social” (PERROT, 1991, p. 148).

A valorização dos estudos

Júlia Lopes de Almeida fazia parte de uma elite intelectual que acreditava ser possível, por meio da escrita, resolver os problemas de seu tempo (HANSEN, 2007, p. 38). Em *Histórias da Nossa Terra*, é ressaltado que “Não é só com a espada que se pode elevar o nome da pátria! As artes, a ciência, as indústrias, a agricultura, são mais bellos e mais vastos campos de batalha, onde nos fica muitas vezes o coração a bem da terra que nos foi berço” (ALMEIDA, 1911, p. 118-119), assim como, em outro trecho, é defendido que: “É a litteratura de um paiz que revela a sua grandeza e o seu cultivo. Tudo passa, e tudo se perderia nas névoas do tempo, se não fosse o livro, o livro onde se condensa a alma das nações, e que nos ensina o respeito pelo passado” (ALMEIDA, 1911, p. 169).

Sendo assim, em *Histórias da Nossa Terra* e em *Contos Infantis*, observamos uma narrativa preocupada em desenvolver o gosto pelo saber e pela leitura, tanto no âmbito familiar como na escola. Junto a essa valorização do saber, são cultivados hábitos, comportamentos e virtudes como persistência, disciplina, ordem, aproveitamento do tempo, esforço e vontade, os quais ajudariam a moldar o comportamento e a formar o caráter dos futuros cidadãos do país.

Foi possível observar que a instrução das crianças começa em casa, tendo a mãe como a principal figura na educação moral dos filhos, mas ganha destaque também a instituição escolar como locus privilegiado do saber. Cabe reforçar que, no projeto modernizador republicano brasileiro, a instituição escolar era responsável por preparar os futuros cidadãos da pátria com o intuito de inserirem essas crianças em uma sociedade em constante mudança, dentro dos moldes das elites.

Os livros de leitura de Júlia Lopes de Almeida circularam em um período em que as escolas foram apresentadas como locais de formação do cidadão republicano e de elevação do Brasil à condição das nações mais desenvolvidas (SOUZA, 1998).

Em *Histórias da Nossa Terra*, a partir de cartas trocadas entre irmãs, uma das personagens, Isaura, conta à sua irmã mais velha, Olympia, como tem sido sua rotina já que não tem mais a irmã em seu convívio. A rotina descrita é marcada pela obediência, organização, boa conduta e bons exemplos, conforme podemos observar: “Em obediencia ao regime estabelecido em casa [...], continuo a levantar-me ás seis horas da manhã. Depois de tomar banho frio e de arrumar o meu quarto, visto-me, almoço e saio para o collegio” (ALMEIDA, 1911, p. 43-44).

Em *Contos Infantis*, na história “A leitura”, apresenta-se a situação deprimente em que se encontrava um velho general que, ao perder a visão, não encontrava nada que o fizesse sorrir. Ele tinha apenas uma filha viúva e uma neta chamada Valentina. A filha, percebendo que o pai estava deprimido, resolveu chamar Valentina para que passasse um tempo com o avô. A netinha, abraçando e beijando-o, resolveu folhear um livro e começou a ler algumas histórias de guerra, campos de batalhas e de ambulâncias, o que alegrou o velho general. Com um sorriso estampado no rosto, Valentina correu dizer a mãe: “Agora é que eu compreendo bem quanto vale á gente o saber ler” (VIEIRA; ALMEIDA, 1905, p. 4).

Além disso, foi possível notar que Júlia Lopes de Almeida parece ter se preocupado em inserir as meninas em uma concepção de infância brasileira, pois há uma série de personagens do sexo feminino ao longo das histórias, e nas primeiras páginas do livro *Histórias da Nossa Terra*, aparecem ilustrações de uma escola feminina.

A respeito da função que futuramente as meninas deveriam desempenhar, Júlia Lopes de Almeida, a partir da seguinte frase, deixou bem evidente a “missão” em que as mulheres eram convidadas a exercer: “A Felicidade humana deriva do que vive sob a nossa responsabilidade. “É a nós, como mães, que a patria supplica bons cidadãos; é a de nós, quando esposas, que a sociedade exige o maior exemplo de dignidade e de moral” (ALMEIDA, 1914, p. 13). Por outro lado, percebe-se que “Apesar disso, a pátria representada como mulher e mãe parecia, mesmo nos textos da autora, preferir seus filhos varões, fortes, viris, virtuosos, e a ela dedicados acima de tudo” (HANSEN, 2007, p. 204).

Nação

Nos livros em tela aparece uma concepção de nacionalismo focado na urbanização e nos ideais da modernidade capitalista, preocupado com a “civilização”, pois ela “adoça os caracteres e torna os homens bons!” (ALMEIDA, 1911, p. 34). Batista, Galvão e Klinke (2002), tendo como recorte tendo os anos entre 1866 e 1956, assinalam em sua pesquisa que, neste período, os livros traziam um aspecto nacionalista notável, cuja marca também está presente nos livros de leitura de Júlia Lopes de Almeida.

É relevante evidenciar que não existe apenas uma concepção de nacionalismo, uma vez que este se manifesta de diversas formas de acordo com o país e a época, podendo assumir um caráter libertador, mas também uma feição autoritária, excludente pois homogeneizadora. A partir de Eric Hobsbawm (1998, p. 19), entendemos a ideia de nação no seu sentido moderno, “relacionada com certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação. E não faz sentido discutir nacionalidade fora desta relação”.

Em relação aos conteúdos dos livros de leitura, por meio das histórias são cultivados alguns símbolos nacionais, como a bandeira e o hino; há o desejo de construir uma identidade nacional; a defesa de que todas as pessoas são iguais (em termos de virtudes) e suficientemente fortes para defender a nação; a valorização das histórias de sujeitos considerados os verdadeiros heróis da Pátria.

Além disso, aparece um problema sobre etnicidade: os negros quase não aparecem nas histórias, e os indígenas são marginalizados, uma vez que estes últimos são retratados como “selvagens”, vistos como empecilhos para o progresso do país devido à sua ociosidade, aos seus modos de vida e à sua incapacidade industrial. Nesse aspecto, o que fica claro é o profundo divórcio entre os grupos tradicionais e as elites que desejavam acelerar o processo de urbanização, valorizando a cidade e aspectos da modernidade capitalista (BENJAMIN, 2008).

É importante mencionar que, no final do século XIX e início do século XX, consolidava-se o regime republicano brasileiro, fato que potencializou o projeto civilizador que se articula com o processo de urbanização das cidades. Conforme as palavras impressas no livro *Histórias da Nossa Terra*, “Aqui, a locomotiva rasga a terra, fura os montes, leva para deante a civilização

que tudo aperfeiçoa”, almejando a construção de uma cidade moderna, “rasgada de avenidas, bordada de parques, semeada de escolas” (ALMEIDA, 1911, p. 173).

Desse modo, ao defender o processo “civilizador” da sociedade, construindo novos padrões e formando novas mentalidades que nos desse uma identidade moderna, Júlia Lopes de Almeida valoriza por exemplo a língua brasileira, ao dizer que “devemos a conhecer bem, pois ella é a melhor parte de nós mesmos, é a nossa tradição, o vehiculo do nosso pensamento, a nossa patria e o melhor elemento da nossa raça e da nossa nacionalidade” (ALMEIDA, 1911, p. 12-13).

Na história intitulada “A nossa bandeira”, também do livro *Histórias da Nossa Terra*, a autora argumenta que a bandeira é o maior símbolo da Pátria, tendo como significado o bem, a razão e a justiça. Nessa perspectiva, é necessário nutrir um profundo respeito por estes símbolos, que só seria possível caso o povo fosse dotado de virtudes, adquiridas por meio dos empreendimentos, do trabalho, da inteligência e da “inteireza do seu caracter e a magnanimidade do seu coração, que lhe dão prestígio deante de todo mundo” (ALMEIDA, 1911, p. 8) De acordo com as informações contidas no prólogo de *Contos Infantis*, seria-fundamental “alimentar o espírito das creanças, com o seu corpo, com o que ha de mais puro e são” (VIEIRA; ALMEIDA, 1905, p. 7).

Desse modo, a partir das histórias são trabalhados valores como bondade, honestidade, valorização do trabalho e obediência total aos deveres que indicariam a civilidade de um povo e os rumos pelos quais o país se direcionaria.

Por fim, nos livros é ensinado, a todo momento, o sentimento patriótico de diversas maneiras. Uma delas é por meio da exaltação da pátria, e as crianças aparecem como sujeitos que deveriam viver em nome de seu país. Em um dos textos de *Histórias da Nossa Terra*, uma mãe escreve uma carta expressando seus anseios maternos: “A minha aspiração materna é esta, está só: que meus filhos sejam homens de bem, e pelo bem uteis á sua pátria” (ALMEIDA, 1911, p. 158).

Considerações finais

A escolha dos livros de leitura se justificou pela autoria de uma escritora cuja vida e obra (especialmente aquelas voltadas ao segmento escolar), ainda é pouco abordada pelas pesquisas acadêmicas. Além disso, levamos em consideração os registros que evidenciam a circulação destes livros pelas escolas brasileiras.

Sobre a escritora, inferimos que lhe foram abertos caminhos na esfera intelectual pelo fato de ter nascido em um ambiente onde se cultivou as letras e as artes, assim como por ter sido companheira do intelectual Filinto de Almeida.

A partir das análises das fontes deste trabalho, foi possível, portanto, refletir acerca do processo de modernização do Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, levando em consideração que houve, neste cenário, uma progressiva institucionalização da escola primária, no qual se insere uma crescente preocupação em renovar os dos materiais didáticos, de modo que atendesse às expectativas de educação almejada pelas elites republicanas.

Sobre a análise das fontes, refletimos sobre a educação desejada às crianças no período focalizado. Percebemos que os livros apresentam lições de boas maneiras, de cunho moral e patriótico; boas práticas de sociabilidade e higiene; a valorização da razão científica; a supervalorização da cultura letrada; relações familiares pautadas pela moralidade; a tentativa de apagamento dos conflitos sociais etc. Em resumo, nos deparamos com a concepção de educar para a vida, para o trabalho e para o progresso intelectual, dentro de uma ordem instituída pelo projeto de civilização das elites republicanas.

Haja vista que estas obras foram produzidas e circularam em um momento no qual o país passava por um complexo processo de modernização, as temáticas abordadas nos livros trazem conteúdos condizentes com os princípios que deveriam ser difundidos pela escola.

Há de considerar ainda que os livros de Júlia Lopes de Almeida pouco se distanciam dos outros produzidos por escritores de seu período. A única exceção é a presença numerosa de personagens femininas, ainda que estas apresentem comportamentos de gênero considerados “adequados” à época, a saber, realizando o trabalho manual, a caridade e cultivando flores. Contudo, destaca-se que estas meninas são incentivadas, desde cedo, a ler livros – representação da menina leitora que não aparece com tanta frequência nos outros livros de leitura que circularam no final do século XIX (HANSEN, 2007).

Referências

- ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das noivas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.
- ALMEIDA, Julia Lopes de. *Histórias da nossa terra*. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, 1911.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 27-47, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782002000200003>. Acesso em: 29 out. 2021.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República e outros ensaios*. São Paulo: EDUSF, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiografia).
- ENGEL, Magali Gouveia. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? *La manzana de la discordia*, Cali, v. 4, n. 8, p. 25-32, dez. 2009. Disponível em: https://manzanadiscordia.univalle.edu.co/index.php/la_manzana_de_la_discordia/article/view/1449/pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.
- HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. 2007. 253f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- KLINKE, Karina. *Escolarização da leitura no ensino graduado em Minas Gerais (1906-1930)*. 2003. 236f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
- DE LUCA, Leonora. Feminismo e iluminismo em Júlia Lopes de Almeida. *Ciência & Trópicos*, Recife, v. 25, n. 2, p. 213-236, jul./dez. 1997. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/656/434>. Acesso em: 01 out. 2021.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 5, p. 213-231, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38717/20246>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MALUF, Marina; ROMERO, Mariza. A sublime virtude de ser mãe. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, v. 25, dez. 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10589>. Acesso em: 01 out. 2021.

PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada, vol. 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Trad. D. Bottmann e B. Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil, vol. 3: República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 07-48.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Júlia Lopes de Almeida e a educação brasileira no fim do século XIX: um estudo sobre o livro escola contos infantis. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v. 17, n. 1, p. 29-45, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37417103>. Acesso em: 30 jul. 2021.

VIEIRA, Adelina Lopes; ALMEIDA, Julia Lopes de. *Contos infantis em verso e prosa* (adoptados para uso das escolas primarias do Brasil). 6. ed. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1905.

Sobre os autores

Héri Anaí Wavrita Oliveira. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, é professora efetiva dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Campinas e integrante do Grupo de Pesquisa Kairós: Educação das Sensibilidades, História e Memória.

E-mail: heriwavrita@gmail.com.

Arnaldo Pinto Junior. Bacharel e licenciado em História, mestre e doutor em Educação, é professor da Faculdade de Educação – Unicamp, membro do Grupo de Pesquisa Memória, História e Educação, coordenador do Espaço de Apoio ao Ensino e Aprendizagem da Unicamp e diretor da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH).

E-mail: apjfe@unicamp.br.